



**Agência Nacional de  
Transportes Terrestres**

## **EDITAL DE CONCESSÃO N° 001/2010**

Concessão para Exploração de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário de Passageiros  
por Trem de Alta Velocidade na Estrada de Ferro EF-222 (Rio de Janeiro- Campinas)

## ÍNDICE

Parte I - Preâmbulo.....	4
Parte II – Definições.....	6
<b>1    Definições</b> .....	6
Parte III - Do Objeto .....	17
<b>2    Objeto do Edital</b> .....	17
Parte IV - Acesso às Informações sobre o TAV Rio de Janeiro - Campinas e sobre o Leilão .....	18
<b>3    Aquisição e Consulta ao Edital e Acesso às Informações</b> .....	18
<b>4    Pedidos de Esclarecimentos</b> .....	19
<b>5    Impugnações ao Edital</b> .....	20
Parte V - Regulamento do Leilão.....	21
<b>6    Condições de Participação</b> .....	21
<b>7    Forma de Apresentação da Documentação</b> .....	23
<b>8    Garantia da Proposta</b> .....	28
<b>9    Representantes das Proponentes</b> .....	31
<b>10   Documentos de Pré-Qualificação</b> .....	33
<b>11   Propostas Econômicas</b> .....	34
<b>12   Documentos de Qualificação</b> .....	35
<b>13   Plano de Negócios e Metodologia de Execução</b> .....	35
<b>14   Comissão de Avaliação</b> .....	37
<b>15   Recebimento dos Envelopes e Sessão Pública do Leilão</b> .....	38
<b>16   Análise dos Documentos de Pré-Qualificação</b> .....	41
<b>17   Julgamento das Propostas Econômicas</b> .....	41
<b>18   Documentos de Qualificação, Plano de Negócios e Metodologia de Execução</b> .....	41



<b>19</b>	<b>Recursos Administrativos</b> .....	<b>43</b>
<b>20</b>	<b>Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato de Concessão</b> .....	<b>44</b>
<b>21</b>	<b>Obras e Serviços da Concessão</b> .....	<b>48</b>
Parte VI – A Concessionária .....		50
<b>22</b>	<b>Concessionária</b> .....	<b>50</b>
Parte VIII – Anexos .....		56

## Parte I - Preâmbulo

A União, por intermédio da ANTT, dá a público, por meio do presente Edital de Concessão nº 001/2010, as condições da desestatização, na modalidade de leilão, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a celebração de contrato de concessão para implantação e exploração da EF-222, destinada ao Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Campinas – SP (TAV Rio de Janeiro – Campinas).

A presente desestatização será regida pelas regras previstas neste edital e nos seus anexos, pela Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, e subsidiariamente, pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e demais normas vigentes sobre a matéria.

A EF-222 foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por intermédio do Decreto nº 6.256, de 13 de novembro de 2007, com redação alterada pelo Decreto nº 6.816, de 07 de abril de 2009. As condições e os procedimentos de desestatização e outorga estão baseados na resolução do Conselho Nacional de Desestatização - CND nº 5, de 12 de julho de 2010, alterada pela resolução nº 6, de 22 de outubro de 2010.

Foram realizadas audiências públicas nos Municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Estado de São Paulo, Campinas, Estado de São Paulo, Brasília, Distrito Federal, São José dos Campos, Estado de São Paulo, Aparecida do Norte, Estado de São Paulo e Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, nos dias 11, 13, 15, 19, 27, 28 e 29 de janeiro de 2010, respectivamente, informadas ao público por meio de publicação nos Diários Oficiais e em jornais de grande circulação nos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal e nos sítio eletrônicos [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) e [www.tavbrasil.gov.br](http://www.tavbrasil.gov.br).

O critério de julgamento do presente Leilão será a oferta de menor valor da Tarifa-Teto, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Edital. As propostas e demais documentos necessários à participação no Leilão serão recebidos entre 9h e 14h do dia 29 de novembro de 2010, nas instalações da BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro, nº 275, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A abertura das Propostas Econômicas será realizada em Sessão Pública a iniciar-se em 16 de dezembro de 2010, às 11 horas, na sede da BM&FBOVESPA.

O Edital nº 001, de 13 de julho de 2010, anexos, planilhas, formulários, informações, estudos e projetos estarão disponíveis a partir do dia 14 de julho de 2010 na página da ANTT na Internet, [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) (link direto) ou na Superintendência Executiva da ANTT, em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco "C", Lote 17, Edifício Phenícia, nos dias úteis compreendidos entre 19 de julho de 2010 e 29 de novembro de 2010, das 8h às 12h e das 14h às 18h. O interessado deverá agendar a visita pelos telefones (61) 34101982/34101984, sendo que o material será apresentado



exclusivamente em mídia eletrônica, mediante disponibilização pelo interessado de mídia com capacidade mínima de 100 GB (cem gigabytes), suficiente para suportar a quantidade de arquivos referentes ao projeto TAV Rio de Janeiro - Campinas, ficando o interessado isento do pagamento de qualquer valor e a ANTT isenta de qualquer responsabilidade.

Os estudos geológicos-geotécnicos completos referentes ao Traçado Referencial poderão ser obtidos pelos interessados na sede da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM, situada no Rio de Janeiro - RJ, na Av. Pasteur, 404, 3º andar, Departamento de Gestão Territorial, com o Sr. Cássio Roberto da Silva, entre 19 de julho de 2010 e 29 de novembro de 2010, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h, mediante disponibilização pelo interessado de mídia com capacidade mínima de 100 GB (cem *gigabytes*), suficiente para suportar a quantidade de arquivos referentes ao TAV Rio de Janeiro - Campinas, ficando o interessado isento do pagamento de qualquer valor e a CPRM isenta de qualquer responsabilidade. Apenas para fins de consulta, encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico da CPRM ([www.cprm.gov.br](http://www.cprm.gov.br)) versão resumida dos referidos estudos geológicos-geotécnicos.

## Parte II – Definições

### 1 Definições

- 1.1** Para os fins do presente **Edital**, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões, as quais, exceto quando o contexto não permitir tal interpretação, serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural:
- (i) **Ação Preferencial de Classe Especial:** a ação preferencial com direito a voto emitida pela **Concessionária**, que assegura à **Empresa Pública Federal**, em nome e no lugar da União, o direito de vetar determinadas alterações do **Estatuto Social**, nos termos do artigo 18 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme previsto nos **Requisitos do Estatuto Social** e no **Acordo de Acionistas**.
  - (ii) **Acionista Privado:** sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade por ações pela **Adjudicatária** de acordo com as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, para deter a participação da **Adjudicatária** na **Concessionária** e celebrar o **Acordo de Acionistas** com a **Empresa Pública Federal**, na forma deste **Edital** e do **Contrato de Concessão**.
  - (iii) **Ações:** as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da **Concessionária**.
  - (iv) **Acordo de Acionistas:** o Acordo de Acionistas a ser celebrado entre o **Acionista Privado** e a **Empresa Pública Federal**, na forma do **Anexo 14**, como condição para a celebração do **Contrato de Concessão**, nos termos do qual serão disciplinadas determinadas questões relacionadas ao exercício do direito de voto e à circulação das **Ações**.
  - (v) **Adjudicatária:** a **Proponente** vencedora do **Leilão**, assim entendida aquela que tiver ofertado o menor valor de **Tarifa-Teto** e que tiver sua **Proposta** qualificada, nos termos do **Edital**.
  - (vi) **AGU:** Advocacia Geral da União.
  - (vii) **Anexo ao Contrato:** cada um dos documentos anexos ao **Contrato de Concessão**.

- (viii) **Anexo:** cada um dos documentos anexos ao **Edital**.
- (ix) **ANTT:** Agência Nacional de Transportes Terrestres, autarquia em regime especial integrante da Administração Federal indireta, instituída pela Lei nº 10.233/2001, com sede em Brasília, Distrito Federal, Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco "C", Lote 17, Edifício Phenícia, na qualidade de órgão regulador e fiscalizador da **Concessão** e representante do **Poder Concedente** no **Contrato de Concessão** e no **Leilão**.
- (x) **Ato de Homologação:** Resolução expedida pela **ANTT** que tem por objeto confirmar o resultado do **Leilão**.
- (xi) **Avaliação do Traçado Proposto:** análise econômica a ser realizada pela **ANTT** do **Traçado Proposto** pela **Adjudicatária**, com o objetivo de estimar o custo das **Desapropriações**, segundo a **Metodologia para Avaliação da Estimativa dos Custos das Desapropriações**.
- (xii) **BM&FBOVESPA:** BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua XV de Novembro, nº 275, Centro.
- (xiii) **BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (xiv) **Coligada:** a pessoa jurídica que detiver, em relação à outra, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais de participação no capital votante, sem controlá-la.
- (xv) **Comissão de Avaliação:** comissão instituída pela **ANTT** que será responsável por examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos ao **Leilão**.
- (xvi) **Concessão:** concessão do serviço público de transporte ferroviário de passageiros por **TAV**, precedida da obra de infraestrutura, para o projeto, a construção, a operação, a manutenção e a conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no **Edital**, na **Minuta do Contrato** e em seus anexos.

- (xvii) **Concessionária:** pessoa jurídica titular da concessão do serviço público de transporte ferroviário de passageiros por **TAV** na Estrada de Ferro EF-222 (Rio de Janeiro - Campinas), a ser integrada com participação majoritária do **Acionista Privado** e minoritária da **Empresa Pública Federal**, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade de explorar a **Concessão**.
- (xviii) **Contrato de Concessão:** contrato a ser celebrado entre a **Concessionária** e o **Poder Concedente** para outorga da **Concessão**, cuja minuta integra o **Anexo 2** a este **Edital**.
- (xix) **Contrato(s) de Financiamento:** contrato(s) celebrado(s) pela **Concessionária**, que têm por objeto a obtenção de recursos necessários à implementação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, podendo incluir, entre outros, o **Financiamento com Recursos Públicos**.
- (xx) **Contrato(s) de Transferência de Tecnologia:** o(s) Contrato(s) de transferência de **Tecnologia**, em qualquer uma de suas tipologias, firmados entre a **Empresa Pública Federal** e a **Provedora de Tecnologia**, nos termos dos quais a **Provedora de Tecnologia** transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, à **Empresa Pública Federal**, a **Tecnologia**, de acordo com os termos e condições contidos nos respectivos instrumentos, no **Contrato de Concessão**, neste **Edital** e na legislação aplicável.
- (xxi) **Controlada:** qualquer pessoa jurídica cujo **Controle** é exercido por outra ou fundo de investimento.
- (xxii) **Controladora:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça **Controle** sobre outra.
- (xxiii) **Controle:** o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa ou entidade de previdência complementar.

- (xxiv) **Custos Reais das Desapropriações:** custos efetivos em moeda corrente nacional das **Desapropriações**, apurados na data de liquidação, compreendendo os montantes resultantes das indenizações consensuais ou de decisões judiciais transitadas em julgado, bem como do reassentamento da população afetada, excetuados os custos decorrentes dos atos de planejamento e execução (atos executórios) das **Desapropriações**.
- (xxv) **Data da Assunção:** data da publicação do extrato do **Contrato de Concessão** no **DOU**.
- (xxvi) **Data para Recebimento dos Envelopes:** período entre as 9h e 14h do dia 29 de novembro de 2010, no qual deverão ser entregues, pelas **Proponentes**, na **BM&FBOVESPA**, todos os documentos necessários à sua participação no **Leilão**.
- (xxvii) **Desapropriações:** conjunto dos processos de expropriação de bens imóveis a serem conduzidos para a implementação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, nos termos deste **Contrato**.
- (xxviii) **Detentora da Tecnologia:** pessoa(s) jurídica(s) titular(es) dos registros de propriedade intelectual, das instalações, do conhecimento e da mão-de-obra qualificada necessários à transferência da **Tecnologia** para a **Empresa Pública Federal** e que fornecerá esses direitos, equipamentos e serviços para o projeto, a construção, a operação, a manutenção e a conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- (xxix) **DNIT:** Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, autarquia vinculada ao **Ministério dos Transportes**.
- (xxx) **Documentos de Pré-Qualificação:** conjunto de documentos arrolados no **Anexo 9**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas **Proponentes**, destinado a comprovar sua capacidade técnica de realizar o objeto da **Concessão**.
- (xxxi) **Documentos de Qualificação:** conjunto de documentos arrolados no **Anexo 10**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas **Proponentes**, destinado a comprovar exclusivamente sua regularidade jurídica, fiscal e qualificação econômico-financeira.
- (xxxii) **DOU:** Diário Oficial da União.

- (xxxiii) **Edital:** o presente Edital de Concessão nº001/2010 e todos os seus **Anexos**.
- (xxxiv) **Empresa Pública Federal:** empresa estatal de transporte ferroviário de alta velocidade, a ser criada pela União, vinculada ao **Ministério dos Transportes**, que tem por finalidade planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção de novas tecnologias.
- (xxxv) **Estatuto Social:** o estatuto social da **SPE** a ser elaborado pela **Adjudicatária** e que deverá conter, necessariamente, os **Requisitos do Estatuto Social** constantes do **Anexo 13**.
- (xxxvi) **Financiador Público:** ente da administração pública ou instituição financeira pública que poderá disponibilizar o **Financiamento com Recursos Públicos**.
- (xxxvii) **Financiamento com Recursos Públicos:** financiamento com recursos públicos que poderá ser disponibilizado à **Concessionária**, nos termos e condições previstos no **Anexo 5** e obedecidas as exigências feitas pelo **Financiador Público**, limitado a um dos seguintes valores, aquele que for menor: (a) 60,3% (sessenta inteiros e três décimos por cento) do valor dos investimentos a serem realizados pela **Concessionária**, conforme apresentado em seu **Plano de Negócios**; ou (b) R\$ 19.977.227.000,00 (dezenove bilhões, novecentos e setenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil reais), valores que serão corrigidos conforme o item 22.10.
- (xxxviii) **FINEP:** Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com sede no Distrito Federal no SCN QD 02, Bloco "D", Torre A, Sala 1102 e que atua no fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.
- (xxxix) **Fontes de Recursos Financeiros:** as operações de crédito e contribuições de capital à **Concessionária**.

- (xl) **Garantia da Proposta:** a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas **Proponentes** ao **Poder Concedente**, nos termos deste **Edital**.
- (xli) **Garantia de Execução do Contrato:** a garantia que a **Concessionária** deverá manter em favor da **ANTT** do fiel cumprimento das obrigações do **Contrato**, nos montantes e nos termos definidos no **Contrato de Concessão**.
- (xlii) **INPI:** Instituto Nacional de Propriedade Industrial, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede no Rio de Janeiro, à Praça Mauá nº 7, Centro, que tem por finalidade principal realizar registro de marcas, concessão de patentes, averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, bem como registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas.
- (xliii) **Investimento Final:** estimativa em moeda corrente nacional, na data base de dezembro de 2008, do valor total necessário para a completa implementação e operacionalização do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, em conformidade com o previsto no **Edital** e seus **Anexos**, apresentado pela **Adjudicatária** em seu **Plano de Negócios**.
- (xliv) **Leilão:** o procedimento realizado para a desestatização e outorga da **Concessão**.
- (xlv) **Manual de Procedimentos do Leilão:** documento divulgado pela **BM&FBOVESPA** na sua página da Internet, constante do **Anexo 15** deste **Edital**, produzido pela **BM&FBOVESPA** com aprovação da **Comissão de Avaliação** e que descreve todos os procedimentos operacionais inerentes ao **Leilão**, desde o acesso de participantes, regras para depósito de garantias financeiras e participação na **Sessão Pública de Leilão**.
- (xlvi) **Metodologia para Avaliação da Estimativa dos Custos das Desapropriações:** metodologia constante do Apêndice B do **Anexo 26**, a ser utilizada pela **ANTT** tanto na **Avaliação do Traçado Proposto** quanto na **Reavaliação do Traçado Referencial**, de modo a se obter, respectivamente, o **Valor da Avaliação do Traçado Proposto** e o **Valor da Reavaliação do Traçado Referencial**.

- (xlvi) **Metodologia de Execução:** o documento a ser apresentado pelas **Proponentes** em conformidade com as diretrizes constantes no Apêndice C do **PEF** e dos parâmetros técnicos de referência constantes no Apêndice A do **PEF**, contendo a descrição completa da metodologia de execução a ser empregada na implementação do objeto da **Concessão**, a delimitação do(s) **Trecho(s) Operacional(is)**, o cronograma físico-financeiro dos **Trabalhos** sugerido pela **Adjudicatária**, bem como o **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia**, e que, após a **Data da Assunção**, será incluído como anexo ao **Contrato de Concessão**.
- (xlviii) **Ministério dos Transportes:** órgão público federal da administração direta responsável pela Política Nacional de Transportes ferroviário interestadual e internacional de passageiros.
- (xlix) **Minuta do Contrato:** a minuta do **Contrato de Concessão** que integra o **Anexo 2**.
- (l) **Operação Comercial:** a etapa que deverá ser iniciada após o término do período de testes, mediante autorização da **ANTT**, a partir do qual a **Concessionária** iniciará as operações regulares de **Trecho(s) Operacional(is)** do **TAV Rio de Janeiro – Campinas** e cobrará tarifa dos usuários.
- (li) **PEF:** Programa de Exploração Ferroviária constante do **Anexo 1**, que abrange todas as condições, metas, critérios, requisitos, intervenções e especificações mínimas que determinam as obrigações da **Concessionária**, englobando, dentre outras coisas, (a) os elementos básicos das obras e serviços compreendidos na concessão do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, bem como os parâmetros técnicos de referência, conforme constante no Apêndice A; (b) os **Parâmetros de Desempenho** e as especificações técnicas mínimas que exigirão intervenções da **Concessionária**, conforme constante no Apêndice B; e (c) a **Metologia de Execução** a ser apresentada pela **Adjudicatária**, conforme Termo de Referência constante no Apêndice C.
- (lii) **Plano de Negócios:** o plano de negócios relacionado à **Concessão**, que deve ser apresentado pela **Proponente** em conformidade com o **Anexo 4** deste **Edital**.
- (liii) **Poder Concedente:** a União, representada na **Concessão** pela **ANTT** ou por outros órgãos da Administração, conforme a distribuição legal de competências.

- (liv) **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia:** programa constante da **Metodologia de Execução** apresentado pelas **Proponentes**, em conformidade com as diretrizes mínimas do **Anexo 3**.
- (lv) **Proponente:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento, entidade de previdência complementar ou consórcio participante do **Leilão**.
- (lvi) **Proposta Econômica:** o documento, em meio impresso, entregue pela **Proponente**, que contempla a **Tarifa-Teto** ofertada para a completa execução dos serviços e obras compreendidos no objeto do **Contrato**.
- (lvii) **Provedora de Tecnologia:** a **Adjudicatária**, quando se tratar de **Proponente** individual, ou o(s) membro(s) do consórcio **Adjudicatário** que forem designados como tal no termo de compromisso de constituição de consórcio ou instrumento de constituição do consórcio, que será(ão) responsável(is) pelo provimento da **Tecnologia**.
- (lviii) **Reavaliação do Traçado Referencial:** nova avaliação econômica, a ser realizada pela **ANTT**, do **Traçado Referencial**, com o objetivo de atualizar o custo estimativo das **Desapropriações**, compreendendo a atualização dos preços de mercado das terras e construções, segundo a **Metodologia para Avaliação da Estimativa dos Custos das Desapropriações**.
- (lix) **Receitas Extraordinárias:** quaisquer receitas complementares, acessórias, associadas ou alternativas à **Tarifa**, à exploração econômica das **Estações Próprias**, às aplicações financeiras da **Concessionária** ou ao ressarcimento devido ao direito de passagem, decorrentes da exploração do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- (lx) **Representantes Credenciados:** pessoas autorizadas a representar as **Proponentes** em todos os atos relacionados ao **Leilão**.
- (lxi) **Requisitos do Estatuto Social:** conjunto de disposições constantes do **Anexo 13** que deverão ser previstas no **Estatuto Social** da **SPE** como condição para celebração do **Contrato de Concessão**.

- (Ixi) **Serviço Ferroviário:** o serviço público de transporte ferroviário de passageiros por **TAV**, com remuneração pela **Tarifa**, na forma e nos termos deste **Edital** e seus **Anexos**.
- (Ixii) **Serviço Ferroviário Expresso:** o **Serviço Ferroviário** executado de forma direta, sem paradas em estações intermediárias, conforme definido no **PEF**.
- (Ixiii) **Serviço Ferroviário com Paradas:** o **Serviço Ferroviário** realizado entre estações ao longo da rota do sistema **TAV** com paradas em estações intermediárias, conforme definido no **PEF**.
- (Ixiv) **Serviço Ferroviário Tarifado:** os **Serviços Ferroviários**, com ou sem paradas em estações intermediárias, prestados na classe econômica entre os Municípios de Rio de Janeiro e São Paulo, em qualquer dos dois sentidos, e que terá como remuneração máxima a **Tarifa-Teto**, na forma deste **Edital** e seus **Anexos**.
- (Ixv) **Sessão Pública do Leilão:** sessão pública a iniciar-se às 11:00 horas do dia 16 de dezembro de 2010, para abertura do envelope da **Proposta Econômica** entregue pelas **Proponentes**.
- (Ixvi) **SPE:** sociedade de propósito específico a ser constituída pela **Adjudicatária** sob a forma de sociedade por ações e integrada com participação majoritária do **Acionista Privado** e minoritária da **Empresa Pública Federal**, cujos documentos constitutivos deverão contemplar os **Requisitos do Estatuto Social** e que celebrará o **Contrato de Concessão** com o **Poder Concedente**.
- (Ixvii) **Tarifa:** valor a ser pago pelos usuários do **TAV Rio de Janeiro – Campinas** pela fruição dos **Serviços Ferroviários**, cujo valor será definido pela **Concessionária** a partir dos seus custos e estratégia comercial, e que, no caso dos **Serviços Ferroviários Tarifados**, estará sempre limitado pela **Tarifa-Teto**.
- (Ixviii) **Tarifa-Teto:** valor máximo por quilômetro a ser cobrado dos usuários finais do **Serviço Ferroviário Tarifado**.
- (Ixix) **TAV:** trem de alta velocidade, assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 Km/h (duzentos e cinquenta quilômetros por hora).

- (lxxi) **TAV Rio de Janeiro - Campinas:** sistema público de transporte ferroviário de passageiros por **TAV** a ser desenvolvido na Estrada de Ferro EF – 222, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro e Campinas, no Estado de São Paulo, composto por todas as instalações, obras-de-arte, infraestrutura, superestrutura, material rodante, sistema de sinalização, estações de passageiros e demais bens e serviços que sejam necessários à plena prestação do serviço de transporte por meio de **TAV**, conforme termos e condições deste **Edital** e seus **Anexos**, do **Contrato de Concessão** e dos **Anexos ao Contrato**.
- (lxxii) **Tecnologia:** os conhecimentos técnicos e científicos criados e transmitidos por meio de um conjunto de materiais, processos, métodos e ferramentas, protegidos ou não por direitos industriais e autorais, necessários ao projeto, à construção, à operação, à manutenção e à conservação de sistemas de **TAV** em condições operacionais compatíveis com as do **TAV Rio de Janeiro-Campinas**.
- (lxxiii) **Trabalhos:** compreendem a mobilização, a construção, a execução de serviços de engenharia e de apoio, o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários, montagens eletromecânicas e demais instalações civis, mecânicas, elétricas, eletromecânicas, eletrotécnicas, eletrônicas, bem como as licenças ambientais de instalação e operação, as demais licenças, autorizações e permissões e todas as demais atividades necessárias ao início da **Operação Comercial** em determinado **Trecho Operacional**, conforme estabelecido no **Projeto Executivo**, na **Metodologia de Execução** e no **PEF**.
- (lxxiv) **Traçado Definitivo:** o **Traçado Proposto** otimizado, aprovado pelo **Poder Concedente**, a ser utilizado para as **Desapropriações** e para o **Projeto Executivo**.
- (lxxv) **Traçado Proposto:** o traçado do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** apresentado pela **Proponente** em sua **Metodologia de Execução**, de acordo com as diretrizes mínimas constantes da **Minuta do Contrato**, do **PEF** e do Apêndice A do **Anexo 26**.
- (lxxvi) **Traçado Referencial:** o traçado do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** disponibilizado pelo **Poder Concedente** no Anexo 2 da **Minuta do Contrato**.

- (lxxvii) **Trecho Operacional:** parcela ou totalidade do **Traçado Proposto**, que necessariamente começa e termina em estações obrigatórias, e que será definido pela **Proponente** na sua **Metodologia de Execução**, conforme parâmetros constantes deste **Edital** e seus **Anexos**.
- (lxxviii) **Valor da Avaliação do Traçado Proposto:** montante total, em moeda corrente nacional, da estimativa dos custos das **Desapropriações**, resultante da **Avaliação do Traçado Proposto**, efetuada em conformidade com a **Metodologia para Avaliação da Estimativa dos Custos das Desapropriações**.
- (lxxix) **Valor da Reavaliação do Traçado Referencial:** montante total, em moeda corrente nacional, da estimativa dos custos das **Desapropriações**, resultante da **Reavaliação do Traçado Referencial**, efetuada em conformidade com a **Metodologia para Avaliação da Estimativa dos Custos das Desapropriações**.

### Parte III - Do Objeto

#### 2 Objeto do Edital

- 2.1 O objeto do **Edital** é a **Concessão** do serviço público ferroviário de passageiros por **TAV**, incluindo o projeto, a construção, a operação, a manutenção e a conservação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas na **Minuta do Contrato**.
- 2.2 A **Concessão** será remunerada mediante cobrança de **Tarifa** e a cessão do direito de exploração econômica das estações próprias, bem como de **Receitas Extraordinárias**, caso ocorram.
- 2.3 O critério de julgamento do presente **Leilão** é a oferta do menor valor da **Tarifa-Teto** quilométrica para o **Serviço Ferroviário Tarifado**, observado o valor máximo de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de reais) por quilômetro.

## Parte IV - Acesso às Informações sobre o TAV Rio de Janeiro - Campinas e sobre o Leilão

### 3 Aquisição e Consulta ao Edital e Acesso às Informações

- 3.1** O **Edital**, seus anexos, planilhas, formulários, informações, estudos e projetos estarão disponíveis a partir do dia 14 de julho de 2010 na página da **ANTT** na Internet, [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) (link direto) ou na Superintendência Executiva da **ANTT**, em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco "C", Lote 17, Edifício Phenícia, nos dias úteis compreendidos entre 19 de julho de 2010 e 29 de novembro de 2010, das 8h às 12h e das 14h às 18h. O interessado deverá agendar a visita pelos telefones (61) 34101982/34101984, sendo que o material será disponibilizado exclusivamente em mídia eletrônica, mediante disponibilização pelo interessado de mídia com capacidade mínima de 100 GB (cem gigabytes), suficiente para suportar a quantidade de arquivos referentes ao projeto **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, ficando o interessado isento do pagamento de qualquer valor e a **ANTT** isenta de qualquer responsabilidade.
- 3.2** A **ANTT** não se responsabilizará pelo **Edital**, suas planilhas e formulários e demais informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **TAV Rio de Janeiro - Campinas** obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do disposto no subitem 3.1 acima.
- 3.3** A obtenção do **Edital** não será condição para participação no **Leilão**, sendo suficiente para tanto o conhecimento e aceitação, pela **Proponente**, de todos os seus termos e condições.
- 3.4** As **Proponentes** são responsáveis pela análise direta das condições do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** e de todos os dados e informações sobre a exploração da **Concessão**.
- 3.4.1** As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, à sua exploração e à **Concessionária**, apresentados nos sítios eletrônicos [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) e [www.tavbrasil.gov.br](http://www.tavbrasil.gov.br), bem como na sede da **ANTT**, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de verificação da viabilidade técnica e econômico-financeira da **Concessão**, não apresentando, perante as potenciais **Proponentes** e perante a **Concessionária**, qualquer caráter vinculativo para qualquer fim ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do **Poder Concedente** perante estas.

- 3.5** Os interessados são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis ao **Leilão** e à **Concessão**.
- 3.6** As **Proponentes** arcarão com seus respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, relacionados ao **Leilão** ou ao processo de contratação.
- 3.7** A documentação fornecida pela **ANTT** às **Proponentes** não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no **Edital**.
- 3.8** A **ANTT** promoverá a **Reavaliação do Traçado Referencial** e publicará a íntegra dessa reavaliação, incluindo mapas, plantas, relatórios finais e planilhas, divulgando o **Valor da Reavaliação do Traçado Referencial**, nos sítios eletrônicos [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) e [www.tavbrasil.gov.br](http://www.tavbrasil.gov.br), em até 60 (sessenta) dias antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**.

#### 4 Pedidos de Esclarecimentos

- 4.1** Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos complementares, deverá solicitá-los à **ANTT** até as 18:00h do dia 1º de novembro de 2010, da seguinte forma:
- (i) por meio eletrônico, no sítio da **ANTT**, em *link* que será disponibilizado, acompanhado do arquivo contendo as questões formuladas, em formato “.doc” ou “.docx”, conforme modelo integrante do **Anexo 18**; ou
  - (ii) por meio de correspondência protocolada na sede da **ANTT**, contendo as questões formuladas conforme o modelo integrante do **Anexo 18**, impressa e em meio magnético, com o respectivo arquivo gravado em formato “.doc” ou “.docx”.
- 4.2** A **ANTT** não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no subitem 4.1 acima.
- 4.3** As respostas da **ANTT** aos referidos esclarecimentos complementares serão divulgadas no sítio eletrônico [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br), sem identificação da fonte do questionamento, em até 20 (vinte) dias contados do recebimento de cada pedido de esclarecimento.

- 4.4 As **Proponentes** poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o **Edital** na sede da **ANTT**.
- 4.5 Todas as correspondências referentes ao **Edital** enviadas à **ANTT** serão consideradas como entregues na data do seu recebimento pela **ANTT**, mediante protocolo na sede da agência ou outra forma de confirmação de recebimento de mensagem, em caso de correspondência eletrônica.
- 4.5.1 As correspondências recebidas pela **ANTT** após às 18h (horário de Brasília), inclusive as correspondências dirigidas ao endereço eletrônico, serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.
- 4.6 Todas as respostas da **ANTT** aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item constarão de ata, que será parte integrante deste **Edital**.

## 5 Impugnações ao Edital

- 5.1 Sob pena de decadência do direito, eventual pedido de impugnação do **Edital** deverá ser protocolado na sede da **ANTT** até 5 (cinco) dias antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**.
- 5.2 As impugnações ao **Edital** deverão ser dirigidas ao presidente da **Comissão de Avaliação**, que deverá apreciá-las e respondê-las até a data da **Sessão Pública de Leilão**.
- 5.3 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a participação dos interessados na **Sessão Pública de Leilão** até a decisão da **Comissão de Avaliação**, nem impedirá a realização do **Leilão**.

## Parte V - Regulamento do Leilão

### 6 Condições de Participação

- 6.1** Poderão participar do **Leilão**, nos termos deste **Edital**, pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimento, isoladamente ou em consórcio, de acordo com os termos deste **Edital**.
- 6.2** Não poderão participar do **Leilão**, isoladamente ou em consórcio:
- 6.2.1** pessoa jurídica declarada inidônea por ato do Poder Público;
  - 6.2.2** pessoa jurídica proibida de contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº8.429 de 2 de junho de 1992;
  - 6.2.3** pessoa jurídica cujo(s) dirigente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) ou tenha(m) sido ocupante(s) de cargo efetivo ou emprego na **ANTT** ou no **Ministério dos Transportes**, ou ocupante(s) de cargo de direção, assessoramento superior da União, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do **Edital**;
  - 6.2.4** pessoa jurídica, ou seus dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, **Controladora**, responsável técnico ou subcontratado, que tenha participado da elaboração dos estudos jurídicos, econômicos e técnicos que lhe serviram de base; e
  - 6.2.5** pessoa jurídica que tenha Deputado(a) Federal ou Senador(a) diplomado(a) ou empossado(a), exercendo função remunerada ou entre seus proprietários, controladores ou diretores, configurando as vedações previstas no art. 54, incisos I e II da Constituição Federal.
- 6.3** A participação no **Leilão** implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do **Edital**, do **Manual de Procedimentos do Leilão**, da **Minuta do Contrato**, do **Acordo de Acionistas**, das diretrizes mínimas para a transferência de **Tecnologia** constantes no **Anexo 3**, dos **Requisitos do Estatuto Social** e dos demais **Anexos**, bem como das demais normas aplicáveis ao **Leilão**.
- 6.4** Caso a **Proponente** participe por meio de consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no restante do **Edital**:



- 6.4.1** cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica e fiscal contidas no **Edital**;
- 6.4.2** cada consorciado deverá atender individualmente às exigências para a qualificação econômico-financeira, exceto para a exigência relativa ao patrimônio líquido, para a qual cada consorciado, individualmente, deverá comprovar patrimônio líquido igual ou superior à parcela do patrimônio líquido mínimo exigido de acordo com o doc. nº 16, da tabela V, do item 7, do **Anexo 10**, correspondente à sua respectiva participação no consórcio;
- 6.4.3** as exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo consórcio, por intermédio de qualquer dos consorciados isoladamente, admitida a soma das qualificações técnicas apresentadas pelos consorciados, ou a soma das qualificações técnicas apresentadas pelos consorciados e por sua(s) contratada(s), de acordo com o disposto no item 10.2;
- 6.4.4** o não atendimento das normas previstas no **Edital** por qualquer consorciado acarretará a automática desclassificação do consórcio;
- 6.4.5** não há limite de número de consorciados para constituição do consórcio;
- 6.4.6** nenhuma **Proponente** poderá participar de mais de um consórcio, restrição que compreenderá igualmente suas **Controladas, Controladoras e Coligadas**, observado o disposto no item 10.2.2 abaixo;
- 6.4.7** caso uma **Proponente** participe de um consórcio, ficará ela também impedida de participar isoladamente do **Leilão**;
- 6.4.8** todos os consorciados se comprometem, pelo período de 5 (cinco) anos contados da data de início da **Operação Comercial** da totalidade do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**, a somente mediante prévia e expressa autorização do **Poder Concedente** alienar sua participação no **Acionista Privado**, salvo para a inclusão ou retirada de fundos de investimentos ou entidades fechadas de previdência complementar, constituídos na forma da lei e devidamente autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ou pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme aplicável, que poderão alienar ou adquirir participação no **Acionista Privado** durante a **Concessão**, de acordo com as

condições previstas no **Contrato de Concessão**, bem como outras exceções constantes do **Contrato de Concessão**;

**6.4.9** a responsabilidade solidária dos consorciados cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude do **Leilão**:

- (i) no caso de o consórcio ter sido a **Proponente** vencedora, na data da celebração do **Contrato de Concessão**; e
- (ii) no caso de o consórcio não ter sido o **Proponente** vencedor, até 15 (quinze) dias contados da data de celebração do **Contrato de Concessão**.

**6.4.10** no caso de consórcio integrado por empresas estrangeiras e brasileiras, será livre a escolha da empresa líder, não sendo exigido que esta seja necessariamente a consorciada brasileira.

## 7 Forma de Apresentação da Documentação

**7.1** A **Garantia da Proposta**, os **Documentos de Pré-Qualificação**, a **Proposta Econômica**, os **Documentos de Qualificação**, o **Plano de Negócios** e a **Metodologia de Execução** deverão ser (i) entregues na **Data para Recebimento dos Envelopes**, na **BM&FBOVESPA**, situada na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, no Município de São Paulo e (ii) apresentados em 5 (cinco) volumes lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

(i) **VOLUME 1 – GARANTIA DA PROPOSTA**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº 001/2010 – CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRENS DE ALTA VELOCIDADE NA ESTRADA DE FERRO EF-222 (TAV RIO DE JANEIRO -CAMPINAS)

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

VOLUME 1 – GARANTIA DA PROPOSTA

(ii) **VOLUME 2 - DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº 001/2010 – CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRENS DE ALTA VELOCIDADE NA ESTRADA DE FERRO EF-222 (TAV RIO DE JANEIRO - CAMPINAS)

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

VOLUME 2 - DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

(iii) **VOLUME 3 - PROPOSTA ECONÔMICA**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº 001/2010 – CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRENS DE ALTA VELOCIDADE NA ESTRADA DE FERRO EF-222 (TAV RIO DE JANEIRO- CAMPINAS)

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

VOLUME 3 - PROPOSTA ECONÔMICA

(iv) **VOLUME 4 - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº 001/2010 – CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRENS DE

ALTA VELOCIDADE NA ESTRADA DE FERRO EF-222 (TAV RIO DE JANEIRO -CAMPINAS)

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

VOLUME 4 - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

(v) **VOLUME 5 – PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**

EDITAL DE CONCESSÃO Nº 001/2010 – CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRENS DE ALTA VELOCIDADE NA ESTRADA DE FERRO EF-222 (TAV RIO DE JANEIRO - CAMPINAS)

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)

VOLUME 5 – PLANO DE NEGÓCIOS E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

- 7.2 Cada um dos volumes da **Garantia da Proposta**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, dos **Documentos de Qualificação** e do **Plano de Negócios e Metodologia de Execução** deverá ser apresentado em 3 (três) vias idênticas, encadernadas separadamente, com todas as folhas numeradas seqüencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno

reflita a quantidade total de folhas de cada volume, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**7.3** Cada via conterá página com termo de encerramento próprio, que não será numerada.

**7.4** Cada um dos volumes da **Garantia da Proposta**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, dos **Documentos de Qualificação** e do **Plano de Negócios e Metodologia de Execução** deverá ser apresentado também em meio eletrônico, com conteúdo idêntico ao das 3 (três) vias apresentadas em meio físico.

**7.4.1** Os documentos enviados em meio eletrônico não poderão estar em formatos que dificultem sua abertura e análise pela **Comissão de Avaliação**.

**7.5** Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.

**7.6** Para efeito de apresentação:

(i) as vias de cada um dos volumes da **Garantia da Proposta**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, dos **Documentos de Qualificação** e do **Plano de Negócios e Metodologia de Execução** deverão conter, além da identificação citada no subitem 7.1 acima, os subtítulos "1ª via", "2ª via" e "3ª via", respectivamente;

(ii) todos os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada, exceto os documentos relativos à **Garantia de Proposta**, cuja 1ª via deverá ser apresentada em originais, podendo as demais vias ser apresentadas em cópia autenticada.

**7.7** Todas as folhas de cada uma das vias da **Garantia da Proposta**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, dos **Documentos de Qualificação** e do **Plano de Negócios e Metodologia de Execução** deverão ser rubricadas por um de seus **Representantes Credenciados**.

**7.8** Um dos **Representantes Credenciados** deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos envelopes contendo cada um dos volumes indicados no item 7.1, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho, a data e hora.



- 7.9** Exceto quando expressamente autorizado neste **Edital**, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes do **Edital**, quando houver.
- 7.10** Eventuais falhas na entrega ou defeitos formais nos documentos que façam parte dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, dos **Documentos de Qualificação** e do **Plano de Negócios e Metodologia de Execução** poderão ser sanados de acordo com os termos do subitem 14.2.2 abaixo, em prazo estabelecido pela **Comissão de Avaliação**.
- 7.11** Considera-se falha ou defeito formal aquela que (i) não desnature nem modifique substancialmente o objeto do documento apresentado, e que (ii) não impeça a aferição, com a devida segurança, da informação constante do documento.
- 7.12** Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:
- (i) todos os documentos que se relacionam ao **Leilão** deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma;
  - (ii) os documentos em língua estrangeira somente serão considerados se devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e com a confirmação de autenticidade emitida pela representação diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento;
  - (iii) na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste **Edital** e/ou de órgão(s) no país de origem que os autenticuem, deverá ser apresentada declaração informando tal fato, emitida por instituição de direito público ou por notário público, devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira do país de origem e traduzida por tradutor juramentado; e
  - (iv) no caso de divergência entre o documento no idioma original e a sua tradução, prevalecerá o texto traduzido.
- 7.12.1** O **Plano de Negócios** e a **Metodologia de Execução** deverão ser apresentados em língua portuguesa e, caso sejam traduzidos de

original em língua estrangeira, serão aceitas as suas respectivas traduções livres para o idioma português.

**7.12.2** Na hipótese de apresentação das traduções livres do **Plano de Negócios** e da **Metodologia de Execução**, caberá à **Proponente** apresentar igualmente a versão original em língua estrangeira ou, a seu critério, versão em inglês, bem como responsabilizar-se pela fidelidade da tradução, observada a prevalência do idioma português em caso de divergência.

**7.12.3** A **Comissão de Avaliação** poderá, a seu critério e no uso de suas prerrogativas, solicitar diligências destinadas a apurar, esclarecer e sanar qualquer questão relativa aos documentos apresentados, incluindo, sem limitação, falhas formais, divergências de informações, versões e/ou traduções.

**7.13** Não será admitida a entrega dos documentos do **Leilão** por via postal ou qualquer outro meio não previsto neste item 7.

**7.14** As **Proponentes** arcarão com todos os custos relacionados à preparação e à apresentação dos volumes das **Garantias das Propostas**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, das **Propostas Econômicas**, dos **Documentos de Qualificação** e do **Plano de Negócios e Metodologia de Execução**, não sendo a **ANTT** responsável, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no **Leilão** ou seus resultados.

**7.15** A prática de atos pelas **Proponentes** em cada etapa do **Leilão** está sujeita à preclusão, sendo vedado o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas do **Leilão**, salvo nas hipóteses admitidas no **Edital**.

## **8 Garantia da Proposta**

**8.1** A **Garantia da Proposta** deverá ser realizada no valor mínimo de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) e poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança-bancária.

**8.1.1** O valor constante do item 8.1 não deverá ser reajustado para a **Data para Recebimento dos Envelopes**, devendo apenas sofrer reajuste no caso previsto no item 8.2.2.

**8.1.2** Será admitida a apresentação de mais de uma modalidade de **Garantia da Proposta**, sendo que a soma dos valores de todas as

modalidades apresentadas deverá totalizar o valor constante no item 8.1 acima.

**8.2 A Garantia da Proposta** deverá ter prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da **Data para Recebimento dos Envelopes**.

**8.2.1** Caso o prazo de validade da **Garantia da Proposta** expire antes da celebração do **Contrato de Concessão**, a **Proponente** deverá comprovar, em até 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, a renovação de sua **Garantia da Proposta** às suas expensas, pelo prazo mínimo de mais 90 (noventa) dias, sendo que a manutenção das condições de qualificação da **Proponente** ficará condicionada à regular renovação.

**8.2.2** No caso de a **Garantia da Proposta** vigorar por um período superior a 1 (um) ano de sua emissão original, quando de sua renovação o valor constante no item 8.1 será reajustado pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre o mês da **Data para Recebimento dos Envelopes** e o mês imediatamente anterior à renovação da garantia.

**8.3** A **BM&FBOVESPA** analisará a regularidade e efetividade das **Garantias de Proposta** apresentadas, comunicando à **Comissão de Avaliação** o resultado de tal análise.

**8.4** As **Proponentes** deverão ainda observar, além das regras constantes no **Manual de Procedimentos do Leilão**, as seguintes condições quando do oferecimento da **Garantia da Proposta**:

**8.4.1** as **Garantias das Propostas** apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão apresentar o conteúdo mínimo ou seguir o modelo constante, respectivamente, dos **Anexos 6 e 17**, em sua forma original (não serão aceitas cópias de qualquer espécie) e deverão ter seu valor expresso em reais e a assinatura dos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação;

**8.4.2** na hipótese de a **Garantia da Proposta** ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á, apenas, Letras do Tesouro Nacional – LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C, Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B, ou Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F;

- 8.4.3** a **Garantia da Proposta** deverá ser apresentada conforme modelo constante do **Anexo 7**, observado que:
- (i) se a **Proponente** participar isoladamente, a **Garantia da Proposta** deverá ser apresentada em nome próprio;
  - (ii) se a **Proponente** for consórcio, a **Garantia da Proposta** deverá ser apresentada em nome de um ou mais consorciados, indicando denominação e qualificação de todos os consorciados;
- 8.4.4** se a **Proponente** for consórcio, a **Garantia da Proposta** poderá ser prestada por um consorciado isoladamente ou por mais de um consorciado em conjunto, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os consorciados;
- 8.4.5** as **Proponentes** deverão, ainda, apresentar o Formal Compromisso – Operacional de Pagamento de Emolumentos conforme modelo constante do **Anexo 16**.
- 8.5** No caso de a **Garantia da Proposta** ser fornecida por meio de títulos da dívida pública, os procedimentos operacionais para recepção e manutenção desses títulos obedecerão ao disposto no **Manual de Procedimentos do Leilão**.
- 8.6** Além da carta de apresentação da **Garantia da Proposta**, conforme item 8.4.3, dos documentos de representação referidos no item 9.1.2, o volume da **Garantia de Proposta** deverá conter, conforme o caso e observado o disposto no **Manual de Procedimentos do Leilão**:
- (i) a apólice do seguro-garantia, conforme conteúdo mínimo constante no **Anexo 6**, e documentos exigidos pelo **Manual de Procedimentos do Leilão**; ou
  - (ii) o instrumento de fiança bancária, conforme modelo constante no **Anexo 17**.
- 8.6.1** Nos casos de aporte da **Garantia da Proposta** nas modalidades de dinheiro ou títulos públicos federais, caberá à **BM&FBOVESPA** confirmar à **Comissão de Avaliação** as transferências efetuadas pelas **Proponentes**.
- 8.6.2** Para que a **BM&FBOVESPA** possa confirmar a transferência referida no item 8.6.1 acima, as **Proponentes** deverão cumprir

previamente as orientações descritas no **Manual de Procedimentos do Leilão**.

- 8.7** As **Proponentes** que não apresentarem as **Garantias de Proposta** nas condições estabelecidas neste **Edital** e no **Manual de Procedimentos do Leilão** estarão impedidas de participar do **Leilão** e terão os demais documentos devolvidos.
- 8.8** As **Garantias de Propostas** serão devolvidas às **Proponentes** em até 15 (quinze) dias após a celebração do **Contrato de Concessão**.
- 8.9** A **Garantia da Proposta** deverá ser executada pela **ANTT**, mediante prévia notificação às **Proponentes**, nas seguintes hipóteses:
- (i) recusa imotivada da **Adjudicatária** ou do **Acionista Privado** em celebrar o **Contrato de Concessão**, conforme previsto no item 20.7;
  - (ii) inadimplemento total ou parcial, por parte das **Proponentes**, das obrigações por elas assumidas em virtude de sua participação no **Leilão**;
  - (iii) cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelas **Proponentes** à **ANTT** da data da apresentação da **Garantia de Proposta** até a data da entrega da **Garantia de Execução do Contrato**.
- 8.10** É vedada qualquer modificação nos termos e condições da **Garantia da Proposta** apresentada ao **Poder Concedente**.

## **9 Representantes das Proponentes**

### **9.1 Representantes Credenciados**

- 9.1.1** Cada **Proponente** poderá ter até 2 (dois) **Representantes Credenciados**.
- 9.1.2** O volume da **Garantia de Proposta** deverá conter os seguintes documentos para comprovação dos poderes de representação dos **Representantes Credenciados**:
- (i) no caso de sociedades brasileiras, instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome

da **Proponente**, todos os atos referentes ao **Leilão**, nos moldes do modelo constante do **Anexo 24**, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente);

- (ii) no caso de consórcio, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, e será acompanhado de (i) procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, nos moldes do **Anexo 24**, com firma reconhecida, e (ii) documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes); e
- (iii) no caso de sociedade estrangeira, instrumento de procuração outorgado a representante legal residente e domiciliado no Brasil, que comprove poderes para praticar, em nome da **Proponente**, todos os atos referentes ao **Leilão** e com poderes expressos para receber citação e representar a **Proponente** administrativa e judicialmente, bem como fazer acordos e renunciar a direitos e, se for o caso, substabelecer os poderes outorgados para o(s) **Representante(s) Credenciado(s)**, nos moldes do modelo do **Anexo 25**, acompanhado de documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que deverá ser reconhecida pela representação consular brasileira do país de origem, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos (conforme última alteração arquivada no registro empresarial, cartório competente ou exigência equivalente do país de origem).

**9.1.3** Os **Representantes Credenciados** deverão firmar todas as declarações e documentos referidos neste **Edital**.

**9.1.4** Cada **Representante Credenciado** somente poderá exercer a representação de uma única **Proponente**.

## 10 Documentos de Pré-Qualificação

- 10.1** O volume dos **Documentos de Pré-Qualificação** deverá conter os documentos indicados no **Anexo 9**.
- 10.2** Os elementos necessários à pré-qualificação mencionados no **Anexo 9** poderão ser comprovados por meio de sociedade contratada, que não necessariamente fará parte da sociedade ou do consórcio **Proponente**.
- 10.2.1** A condição de contratada deverá ser comprovada por meio de instrumento contratual de longo prazo e definitivo, que vinculará a contratada à execução das atividades na área de sua expertise, desde a **Data de Assunção** até, no mínimo, 5 (cinco) anos contados da data de início da **Operação Comercial** da totalidade do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**.
- 10.2.2** Será admitida a contratação da(s) mesma(s) sociedade(s) contratada(s) por mais de uma **Proponente** para fins de comprovação dos elementos necessários à pré-qualificação.
- 10.2.3** Na hipótese de a sociedade contratada ser detentora de experiências exigidas na pré-qualificação, deverá ser observada a correspondência biunívoca entre a comprovação da experiência e as obrigações alocadas à contratada, nos termos do instrumento referido no item 10.2.1 acima.
- 10.3** Conforme indicado no **Anexo 9** e de acordo com o conteúdo mínimo previsto no **Anexo 8**, a **Proponente** deverá apresentar:
- (i) declaração da **Provedora de Tecnologia**, em caráter irrevogável e irreatável, indicando:
- (a) que detém, diretamente ou por sua(s) contratada(s), o estado da arte da **Tecnologia** de **TAV** ofertada, devidamente homologada e certificada em seu país de origem e comprovadamente em operação comercial, inclusive os direitos de titularidade sobre esta **Tecnologia**, e compromete-se em transferi-la à **Empresa Pública Federal**, conforme as diretrizes mínimas constantes do **Anexo 3**; e
- (b) que conhece e concorda com os termos e as disposições contidas neste **Edital** e em seus **Anexos**.

- (ii) a identificação, pela **Provedora de Tecnologia**, de cada uma das parcelas integrantes da **Tecnologia** a ser fornecida para atender às finalidades previstas neste **Edital** e em seus **Anexos**.

**10.4** A **Provedora da Tecnologia** se compromete, em seu nome e no de suas contratadas **Detentoras de Tecnologia**, nos casos em que não for titular dos registros de propriedade intelectual, das instalações, do conhecimento e da mão-de-obra qualificada necessários, a transferir a **Tecnologia**, obrigando-se a fornecer esses direitos, equipamentos e serviços.

## 11 Propostas Econômicas

**11.1** O volume da **Proposta Econômica** deverá conter, unicamente, carta de apresentação da **Proposta Econômica**, devidamente assinada, conforme modelo constante do **Anexo 12**.

**11.1.1** Em sua **Proposta Econômica**, a **Proponente** deverá ofertar o valor da **Tarifa-Teto**.

**11.1.2** O valor da **Tarifa-Teto** deverá ser apresentado pela **Proponente** com 3 (três) casas decimais.

**11.1.3** O valor ofertado para a **Tarifa-Teto** não poderá ser superior a R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de real) por quilômetro e será reajustado nos termos da **Minuta do Contrato**.

**11.1.4** A **Proposta Econômica** deverá ser incondicional, irrevogável e irrevogável.

**11.1.5** A **Proposta Econômica** deverá ser válida por 1 (um) ano, contado da **Data para Recebimento dos Envelopes**, e neste período todas as suas condições deverão ser mantidas.

**11.1.6** No caso de interposição de recurso por parte das demais **Proponentes** sob o argumento de inexecuibilidade da **Proposta Econômica** classificada em primeiro lugar, a **Comissão de Avaliação** poderá, a seu critério e no uso de suas prerrogativas, realizar diligências destinadas a apurar sua viabilidade, sobretudo com a verificação de outros dados relacionados ao mercado ou à própria **Proponente** vencedora, inclusive requerendo esclarecimentos sobre a dimensão efetiva de sua proposta.

## 12 Documentos de Qualificação

12.1 O volume dos **Documentos de Qualificação** deverá conter os documentos indicados no **Anexo 10**.

## 13 Plano de Negócios e Metodologia de Execução

13.1 A **Proponente** deverá apresentar o **Plano de Negócios**, elaborado de acordo com as orientações constantes do **Anexo 4** e levando em consideração:

- (i) todos os investimentos, tributos, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando às financeiras, necessários para a exploração da **Concessão**;
- (ii) os riscos assumidos pela **Concessionária** em virtude da exploração da **Concessão**;
- (iii) as receitas oriundas do recebimento da **Tarifa**, da exploração das estações próprias, das aplicações financeiras e das **Receitas Extraordinárias**, nos termos da **Minuta do Contrato**;
- (iv) os prazos da **Concessão**, referidos no **Contrato de Concessão**;
- (v) que todos os investimentos previstos serão integralmente depreciados durante a **Concessão** e em conformidade com a legislação aplicável; e
- (vi) os incentivos fiscais em vigor na **Data para Recebimento dos Envelopes**.

13.2 A **Proponente** deverá apresentar, em seu **Plano de Negócios**, o valor do **Financiamento com Recursos Públicos** que necessitará para a execução da **Concessão**.

13.3 A **Proponente** deverá apresentar a **Metodologia de Execução**, elaborada de acordo com as orientações constantes do **Anexo 1**, que deverá conter o detalhamento da metodologia a ser empregada pela **Concessionária** para a realização do objeto da **Concessão**, o cronograma físico-financeiro dos **Trabalhos**, bem como o **Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia**.

**13.4 Na Metodologia de Execução, a Proponente deverá ainda indicar:**

- (i) o **Traçado Proposto**; e
- (ii) a delimitação de **Trecho(s) Operacional(is)**, bem como o cronograma previsto para o início dos **Trabalhos** e da **Operação Comercial**, em cada **Trecho Operacional**.

**13.4.1 Na determinação dos Trechos Operacionais, a Proponente deverá observar que:**

- (i) o período total para a entrada em **Operação Comercial** de todos os **Trechos Operacionais**, conforme indicado pela **Proponente** em sua **Metodologia de Execução**, não poderá ultrapassar o prazo de 6 (seis) anos contados a partir da emissão da licença ambiental prévia e da transmissão da posse para a **Concessionária** do primeiro **Trecho Operacional** entregue, nos termos previstos no **Contrato de Concessão**;
- (ii) poderá ser indicado apenas um único **Trecho Operacional** correspondente a todo o **Traçado Proposto**; e
- (iii) os **Trabalhos** poderão ser executados concomitantemente em diferentes **Trechos Operacionais**, a critério da **Proponente**.

**13.4.2 Na determinação do Traçado Proposto, a Proponente deverá observar:**

- (i) as diretrizes socioambientais mínimas constantes do Apêndice A do **Anexo 26**;
- (ii) a **Reavaliação do Traçado Referencial**, que será promovida pela **ANTT** e publicada na íntegra, incluindo mapas, plantas, relatórios finais e planilhas, e o **Valor da Reavaliação do Traçado Referencial**, em até 60 (sessenta) dias antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**

**13.4.3 No âmbito da análise da Metodologia de Execução, a ANTT examinará o Traçado Proposto a fim de verificar a sua viabilidade técnica e a observância às diretrizes socioambientais mínimas constantes do Apêndice A do Anexo 26 e do PEF, sem prejuízo de**

posterior procedimento de ajuste do **Traçado Definitivo**, a ser aprovado pelo **Poder Concedente**, conforme previsto no **Contrato de Concessão**.

#### 14 Comissão de Avaliação

14.1 O **Leilão** será julgado pela **Comissão de Avaliação**, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização do **Leilão**.

14.1.1 A **Comissão de Avaliação** poderá solicitar auxílio da **AGU**, do **Ministério dos Transportes**, do **BNDES**, da **FINEP**, do **INPI**, da **BM&FBOVESPA**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Fazenda, bem como de outros membros da **ANTT** que não integrem a **Comissão de Avaliação**.

14.2 Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a **Comissão de Avaliação** poderá:

14.2.1 solicitar às **Proponentes**, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;

14.2.2 adotar critérios de saneamento de falhas e defeitos de caráter formal e complementação de insuficiências no curso do **Leilão**;

14.2.3 promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do **Leilão**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pela **Proponente**, salvo na hipótese do item 11.1.6;

14.2.4 prorrogar os prazos de que trata o **Edital**, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior; e

14.2.5 na hipótese de mudança que afete de forma inequívoca a elaboração das **Propostas Econômicas**, alterar (i) a data prevista para entrega da **Garantia da Proposta**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, dos **Documentos de Qualificação**, da **Proposta Econômica** e do **Plano de Negócios** e da **Metodologia de Execução**; e (ii) a data prevista para a abertura dos envelopes e julgamento das propostas, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

14.3 Qualquer alteração no **Edital** será comunicada no **DOU** e nos demais meios utilizados para disponibilização da documentação.

- 14.4** A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela **Comissão de Avaliação**, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste **Edital**, poderá ensejar a desclassificação da **Proponente**.

## 15 Recebimento dos Envelopes e Sessão Pública do Leilão

- 15.1** O recebimento dos envelopes e a **Sessão Pública do Leilão** seguirão a ordem de eventos e cronograma indicados na tabela abaixo:

<b>Eventos</b>	<b>Descrição do Evento</b>	<b>Datas</b>
1	Publicação, no <b>DOU</b> e sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , do <b>Edital</b> .	<b>14/07/2010</b>
2	Publicação do <b>Manual de Procedimentos do Leilão</b> , no sítio eletrônico da <b>BM&amp;FBOVESPA</b> .	<b>02/08/2010</b>
3	Prazo para solicitação de esclarecimentos ao <b>Edital</b>	até <b>01/11/2010</b>
4	Reuniões na <b>BM&amp;FBOVESPA</b> com potenciais <b>Proponentes</b> para esclarecimentos	<b>02/09/2010</b> e <b>27/10/2010</b>
5	Prazo para impugnação ao <b>Edital</b>	De <b>14/07/2010</b> até <b>24/11/2010</b>
6	Apreciação e resposta das impugnações ao <b>Edital</b>	<b>Até</b> <b>16/12/2010</b>
7	Recebimento, na <b>BM&amp;FBOVESPA</b> , de todas as vias dos volumes relativos a:	<b>Data para</b> <b>Recebiment</b> <b>o dos</b>



	(i) <b>Garantia da Proposta;</b> (ii) <b>Documentos de Pré-Qualificação;</b> (iii) <b>Proposta Econômica;</b> (iv) <b>Documentos de Qualificação;</b> (v) <b>Plano de Negócios e Metodologia de Execução.</b>	<b>Envelopes</b>  <b>29/11/2010</b>  <b>Das 9 às 14h</b>
8	Publicação, no sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , da decisão da <b>Comissão de Avaliação</b> sobre as <b>Garantias das Propostas</b> não aceitas e sua motivação.	<b>29/11/2010</b>
9	Abertura dos <b>Documentos de Pré-Qualificação</b> das <b>Proponentes</b> que tenham tido sua <b>Garantia de Proposta</b> aceita.	<b>30/11/2010</b>
10	Publicação, no <b>DOU</b> e no sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , da Ata de Julgamento dos <b>Documentos de Pré-Qualificação</b> .	<b>01/12/2010</b>
11	Prazo para interposição de recursos contra a decisão a respeito dos <b>Documentos de Pré-Qualificação</b> .	<b>02/12/2010 a</b> <b>06/12/2010</b>
12	Prazo para impugnação aos recursos.	<b>07/12/2010 a</b> <b>13/12/2010</b>
13	Publicação, no <b>DOU</b> e no sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , pela <b>Comissão de Avaliação</b> , da decisão sobre os recursos.	<b>15/12/2010</b>

14	<b>Sessão Pública do Leilão:</b> Abertura das <b>Propostas Econômicas</b> das <b>Proponentes</b> qualificadas na <b>BM&amp;FBOVESPA</b> , às 11 h.	<b>16/12/2010</b>
15	Publicação, no sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , da ordem de classificação das <b>Propostas Econômicas</b> .	<b>16/12/2010</b>
16	Abertura dos <b>Documentos de Qualificação</b> , do <b>Plano de Negócios</b> e da <b>Metodologia de Execução</b> apenas da <b>Proponente</b> classificada em primeiro lugar.	<b>17/12/2010</b>
17	Publicação, no <b>DOU</b> e no sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , da Ata de Julgamento relativa à <b>Proposta Econômica</b> , aos <b>Documentos de Qualificação</b> , ao <b>Plano de Negócios</b> e à <b>Metodologia de Execução</b> apenas da <b>Proponente</b> classificada em primeiro lugar.	<b>18/01/2011</b>
18	Prazo para interposição de recursos referentes à <b>Proposta Econômica</b> , aos <b>Documentos de Qualificação</b> , ao <b>Plano de Negócios</b> e à <b>Metodologia de Execução</b> da <b>Proponente</b> classificada em primeiro lugar.	<b>24/01/2011 a 31/01/2011</b>
19	Prazo para as impugnações aos recursos.	<b>01/02/2011 a 07/02/2011</b>
20	Publicação, no <b>DOU</b> e no sítio eletrônico <a href="http://www.antt.gov.br">www.antt.gov.br</a> , do julgamento dos recursos.	<b>08/02/2011</b>
21	Homologação do resultado pela Diretoria da <b>ANTT</b> .	<b>09/02/2011</b>
22	Convocação da <b>Adjudicatária</b> para celebração do <b>Contrato de Concessão</b>	<b>10/02/2011</b>
23	Comprovação de atendimento, pela <b>Adjudicatária</b> , das condições prévias à assinatura do <b>Contrato de</b>	<b>11/05/2011</b>

	<b>Concessão.</b>	
24	Assinatura do <b>Contrato de Concessão</b>	<b>11/05/2011</b>

## 16 Análise dos Documentos de Pré-Qualificação

- 16.1** A **Comissão de Avaliação** abrirá os volumes dos **Documentos de Pré-Qualificação** das **Proponentes** que tiverem suas **Garantias de Proposta** aceitas.
- 16.2** Será desqualificada a **Proponente** cujos **Documentos de Pré-Qualificação** não contenham a documentação mínima exigida por este **Edital**.

## 17 Julgamento das Propostas Econômicas

### 17.1 Classificação das Propostas Econômicas

- 17.1.1** A **Comissão de Avaliação** desclassificará a **Proponente** cuja **Proposta Econômica** não atender à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no **Edital** e, ainda, aquela que implicar oferta submetida a condição ou termo não previsto neste **Edital**.
- 17.1.2** A classificação das **Propostas Econômicas** ocorrerá em ordem crescente de valor, observado o item 17.2, sendo, portanto, a primeira colocada a **Proposta Econômica** que oferecer o menor valor de **Tarifa-Teto**.

### 17.2 Empate das Propostas Econômicas

- 17.2.1** Caso haja empate entre os valores de **Tarifa-Teto** ofertados pelas **Proponentes**, será adotado como critério para desempate o tempo de operação comercial de sistema de **TAV**, sendo classificada em primeiro lugar a **Proponente** que comprovar, em seus **Documentos de Pré-Qualificação**, o maior tempo de operação comercial de um sistema de **TAV**.

## 18 Documentos de Qualificação, Plano de Negócios e Metodologia de Execução

- 18.1** Serão abertos os envelopes nº 4 e 5 contendo, respectivamente, os **Documentos de Qualificação** e o **Plano de Negócios** e a **Metodologia de Execução** apenas da **Proponente** classificada em primeiro lugar.
- 18.2** Será desclassificada a **Proponente** cujos **Documentos de Qualificação** não atendam à totalidade das exigências previstas neste **Edital**.
- 18.3** O **Plano de Negócios** será rejeitado, acarretando a desclassificação da **Proponente**, no caso de:
- (i) ser incompatível com a **Proposta Econômica** ou ser manifestamente inexecutável;
  - (ii) deixar de apresentar ou não preencher corretamente qualquer das informações exigidas nos quadros constantes do **Anexo 4**;
  - (iii) apresentar, nos quadros constantes do **Anexo 4**, cronograma de obras e serviços em desacordo com a **Minuta do Contrato**;
  - (iv) considerar valores de **Tarifa** para os **Serviços Ferroviários Tarifados** superiores à **Tarifa-Teto** ofertada no **Leilão**, conforme previsto neste **Edital**;
  - (v) não apresentar as estimativas de gastos com seguros e garantias exigidos neste **Edital** ou estimativas de gastos com seguros usualmente contratados por força de **Contratos de Financiamento** de projetos de infraestrutura; ou
  - (vi) considerar prazo de conclusão ou implantação das obras ou serviços obrigatórios em prazo superior ao previsto na **Minuta do Contrato**.
- 18.4** Da mesma forma, a **Metodologia de Execução** poderá ser rejeitada, caso elaborada em desacordo com o disposto no **Anexo 1**.
- 18.5** Os **Documentos de Qualificação**, o **Plano de Negócios** e a **Metodologia de Execução** poderão ser rejeitados caso apresentem vícios, falhas ou desconformidades materiais graves, que não possam ser sanados pelos mecanismos previstos neste **Edital**.

- 18.6** Na hipótese de desclassificação dos **Documentos de Qualificação**, do **Plano de Negócios** ou da **Metodologia de Execução** da **Proponente** classificada em primeiro lugar, a **Comissão de Avaliação** procederá à abertura dos **Documentos de Qualificação**, do **Plano de Negócios** e da **Metodologia de Execução** da **Proponente** classificada em segundo lugar e assim sucessivamente.
- 18.7** Não serão consideradas no **Plano de Negócios** quaisquer outras receitas ou quaisquer vantagens que não estejam previstas neste **Edital** ou na **Minuta do Contrato**.

## **19 Recursos Administrativos**

- 19.1** As **Proponentes** que participarem do **Leilão** poderão recorrer da decisão sobre a análise dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, dos **Documentos de Qualificação**, do **Plano de Negócios** e da **Metodologia de Execução**.
- 19.1.1** O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação da correspondente decisão, conforme determinado no item 19.1 acima.
- 19.1.2** O recurso interposto será comunicado às demais **Proponentes**, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias.
- 19.1.3** Os recursos e as impugnações aos recursos deverão ser dirigidos à Diretoria da **ANTT**, por intermédio do presidente da **Comissão de Avaliação**, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias ou encaminhá-los diretamente à alçada competente.
- 19.2** Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(is), **Representantes Credenciados**, procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração dos poderes, devendo ser protocolados na sede da **ANTT**, identificados como segue:

---

RECURSO ADMINISTRATIVO

RELATIVO AO EDITAL DE CONCESSÃO N°001/2010

---

---

At. Sr Diretor-Geral da ANTT

---

**19.3** Concluídos os julgamentos dos eventuais recursos, o resultado será divulgado na página da **ANTT** na Internet e publicados no **DOU**.

## **20 Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato de Concessão**

**20.1** O resultado do **Leilão** será submetido pela **Comissão de Avaliação** à Diretoria da **ANTT** para homologação.

**20.2** A divulgação da **Proponente** vencedora será realizada por meio de aviso a ser publicado no **DOU** e no sítio eletrônico da **ANTT**, [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br).

**20.3** Dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação do **Ato de Homologação**, a **Adjudicatária** apresentará, como condição para a assinatura do **Contrato de Concessão**:

- (i) **Garantia de Execução do Contrato**, nos termos da cláusula 13 do **Contrato de Concessão**;
- (ii) prova da constituição do **Acionista Privado**, sociedade de propósito específico que deterá a participação da **Adjudicatária** na **Concessionária** e celebrará com a **Empresa Pública Federal** o **Acordo de Acionistas**;
- (iii) prova de constituição da **SPE**, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (iv) comprovação de integralização, pelo **Acionista Privado**, de capital social da **SPE** em moeda corrente nacional no montante equivalente a, no mínimo, R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);
- (v) aprovação de autorização de aumento de capital social da **SPE** no montante de até R\$ 3.400.000.000 (três bilhões e quatrocentos milhões de reais), reajustado de acordo com o item 20.3.1, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 168 da Lei nº 6.040/76, a ser subscrito e integralizado pela **Empresa Pública Federal** em moeda corrente nacional, em

direitos ou em bens, dentre os quais os ativos decorrentes das **Desapropriações** necessárias à implantação da infraestrutura e exploração do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, observado que a integralização do referido aumento de capital ocorrerá *pari passu* e proporcionalmente à integralização promovida pelo **Acionista Privado**, mantendo a proporção acionária da **Empresa Pública Federal**;

- (vi) aprovação e arquivamento, perante a Junta Comercial competente, do **Estatuto Social**, que deverá contemplar todos os **Requisitos do Estatuto Social** constantes do **Anexo 13**;
- (vii) apólices de seguro, nos termos da Cláusula 37 da **Minuta do Contrato**;
- (viii) comprovação de recolhimento de emolumentos à **BM&FBOVESPA**, correspondentes a R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);
- (ix) comprovação de pagamento, ao Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES**, do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em virtude da realização dos estudos de viabilidade relacionados ao **TAV Rio de Janeiro – Campinas**, conforme autorizado pelo artigo 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e
- (x) comprovação da assinatura do **Acordo de Acionistas** e do respectivo arquivamento na Junta Comercial competente.

**20.3.1** Os valores constantes nos itens 20.3.(iv) e 20.3.(v) obedecem a data-base de dezembro de 2008 e serão reajustados pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, até o mês anterior ao de sua efetiva integralização, aprovação e pagamento, respectivamente.

**20.4** O prazo previsto no subitem 20.3 acima poderá ser prorrogado, por até igual período, se solicitado durante o seu transcurso pela **Adjudicatária** e desde que decorra de motivo justificado aceito pela **ANTT**.

**20.5** Dentro de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do **Ato de Homologação do Leilão**, a **ANTT** promoverá a **Avaliação do Traçado**

**Proposto** e publicará a integra dessa avaliação, incluindo mapas, plantas, relatórios finais e planilhas, divulgando o **Valor da Avaliação do Traçado Proposto** nos sítios eletrônicos [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) e [www.tavbrasil.gov.br](http://www.tavbrasil.gov.br), bem como o cálculo da participação do **Poder Concedente** e da **Adjudicatária** com relação ao pagamento dos **Custos Reais das Desapropriações**.

**20.5.1** Durante os trabalhos de **Avaliação do Traçado Proposto**, a **Adjudicatária** terá acesso a todas as informações e documentos necessários à verificação da observância da aplicação da **Metodologia para Avaliação da Estimativa dos Custos das Desapropriações** descrita no Apêndice B do **Anexo 26**.

**20.6** Mesmo antes da assinatura do **Contrato**, a **Adjudicatária** poderá, por sua conta e risco e sem qualquer ônus para a **ANTT**, requerer autorização para iniciar estudos de topografia e sondagens na área indicada em seu **Traçado Proposto**, mediante o encaminhamento de seu plano de sondagens.

**20.7** Cumpridas as exigências constantes do item 20.3, a **SPE**, o **Acionista Privado** e seus acionistas serão convocados pela **ANTT** para assinatura do **Contrato de Concessão**.

**20.7.1** Se o **Acionista Privado**, ou qualquer dos acionistas deste, regularmente convocados a assinar o **Contrato de Concessão**, dentro do prazo de validade da **Proposta Econômica** da **Adjudicatária**, recusarem-se imotivadamente a fazê-lo, a **ANTT** executará o total da **Garantia da Proposta** apresentada pela **Adjudicatária**, a título de multa, não ficando, todavia, o **Acionista Privado** ou qualquer de seus acionistas isentos da obrigação de pagamento de indenização das perdas e danos do **Poder Concedente**.

**20.7.2** Além do disposto no subitem anterior, a recusa em assinar o **Contrato de Concessão**, sem justificativa aceita pela **ANTT**, dentro do prazo estabelecido, acarretará à **Adjudicatária** individual, ou, no caso de consórcio, a todos os consorciados, a suspensão temporária de participação em licitação, o impedimento de contratar com a Administração pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma da Lei.

**20.8** Havendo recusa em assinar o **Contrato de Concessão** no prazo e nas condições estabelecidos, recusa em constituir a **Garantia de Execução do Contrato** ou ocorrendo o não cumprimento de qualquer das exigências

preliminares à assinatura, é facultado à **ANTT** convocar as **Proponentes** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar o **Leilão**, sem prejuízo das sanções administrativas e civis cabíveis.

- 20.9** Sem prejuízo do disposto no subitem 20.8 acima, o **Leilão** somente poderá ser revogado pela Diretoria da **ANTT**, mediante proposta da **Comissão de Avaliação**, por comprovadas razões de interesse público supervenientes, pertinentes e suficientes para justificar tal revogação.
- 20.10** A Diretoria da **ANTT**, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o **Leilão** se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.
- 20.11** A nulidade do **Leilão** implica a nulidade do **Contrato de Concessão**, não gerando obrigação de indenizar por parte do **Poder Concedente**.
- 20.12** A **ANTT** poderá, a qualquer tempo, adiar qualquer das etapas do **Leilão**, nos termos da legislação aplicável, sem que caiba às **Proponentes** direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.
- 20.13** Na hipótese de a **ANTT** vir a tomar conhecimento, a qualquer momento, de que qualquer documentação apresentada por uma **Proponente** é falsa ou inválida, poderá desclassificá-la, sem que a esta caiba direito à indenização ou reembolso de despesas a qualquer título, sem prejuízo de indenização ao **Poder Concedente**, conforme o caso, e das cominações legais cabíveis.
- 20.14** A **Proponente** obriga-se a comunicar à **ANTT**, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que altere ou comprometa suas condições de qualificação, imediatamente após sua ocorrência.
- 20.15** O ingresso de novos membros ou acionistas na **Adjudicatária** ou no **Acionista Privado** após o **Ato de Homologação** e antes da constituição da **SPE** poderá ser autorizado mediante à prévia e expressa manifestação da **ANTT**.
- 20.15.1** A autorização da **ANTT** para o ingresso de novos acionistas dependerá da comprovação dos seguintes requisitos, cumulativamente:
- (i) manutenção da proporção da participação de cada membro consorciado da **Adjudicatária**;

- (ii) prévia habilitação do interessado, mediante a apresentação e o cumprimento, pelo interessado, de todas as exigências constantes no **Anexo 10 do Edital**; e
- (iii) aceitação, por parte o interessado, de todos os termos e condições do **Edital** e este **Contrato de Concessão**.

**20.15.2** Não será admitida, entre o **Ato de Homologação** e a constituição da **SPE**, a entrada de interessado que tenha participado como **Proponente**, isolada ou em consórcio, do **Leilão**.

**20.16** Sem nenhum tipo de comunicação adicional, serão inutilizadas todas as vias dos volumes das **Garantias de Proposta**, dos **Documentos de Pré-Qualificação**, da **Proposta Econômica**, do **Plano de Negócio** e da **Metodologia de Execução** que não forem retiradas pelas demais **Proponentes** no prazo de 30 (trinta) dias contados da **Data da Assunção**.

## **21 Obras e Serviços da Concessão**

- 21.1** A **Concessionária** deverá explorar a **Concessão** de acordo com as disposições do **Contrato de Concessão**, atendendo integralmente ao disposto na **Metodologia de Execução** e no **PEF**, na forma do **Anexo 1** do referido instrumento, notadamente quanto aos parâmetros de desempenho e especificações técnicas mínimas.
- 21.2** Todas as soluções e métodos utilizados no **PEF** para execução das obras e serviços serão meramente indicativos, cabendo exclusivamente à **Concessionária** a escolha daqueles que julgar mais adequados, desde que assegure o cumprimento dos parâmetros de desempenho e especificações técnicas mínimas previstas no **PEF**.
- 21.3** Cabe à **Concessionária**, com base em seus próprios critérios de dimensionamento, a responsabilidade exclusiva na determinação dos quantitativos para execução das obras e serviços previstos no **PEF**.
- 21.4** O **Acionista Privado** será exclusivamente responsável por todos os investimentos necessários à perfeita execução do objeto da **Concessão** e operacionalização do **TAV Rio de Janeiro - Campinas** que venham a ultrapassar o valor do **Investimento Final**.
- 21.5** A **Proponente** declara ter pleno conhecimento dos riscos a serem por ela assumidos no **Contrato de Concessão**, e que não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos



riscos por ela assumidos no **Contrato de Concessão** e, mais especificamente, na subcláusula 24.1 do **Contrato de Concessão**, venham a se materializar.

## Parte VI – A Concessionária

### 22 Concessionária

- 22.1** A **Concessionária** será uma **SPE**, na forma de sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira com a finalidade exclusiva de explorar a **Concessão** e cujos documentos constitutivos contemplarão, obrigatoriamente, os **Requisitos do Estatuto Social**.
- 22.2** Durante toda a **Concessão**, observados os prazos constantes do presente item, a **Adjudicatária** se obrigará a subscrever e integralizar na **Concessionária**, indiretamente, por meio do **Acionista Privado**, na forma do item 20.3.(iv) acima, **Ações** no montante equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor total investido pela **Concessionária** na implantação do **TAV Rio de Janeiro - Campinas**, já incluído neste percentual o valor a ser subscrito e integralizado pela **Empresa Pública Federal**, conforme item 20.3.(v) deste **Edital**.
- 22.2.1** No prazo previsto no item 20.3 acima e na forma do subitem 20.3.(iv), o **Acionista Privado** deverá integralizar **Ações** no mínimo no montante equivalente a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), devidamente reajustado de acordo com o previsto no item 20.3.1.
- 22.2.2** Após a assinatura do **Contrato de Concessão**, os valores restantes que devam ser integralizados na **Concessionária** pelo **Acionista Privado** para atendimento da obrigação constante do subitem 22.2 acima serão integralizados (i) em conformidade com o cronograma de contribuição de capital social da **Concessionária**, (ii) em caso de **Financiamento com Recursos Públicos**, *pari passu* e proporcionalmente aos desembolsos dos **Contratos de Financiamento** celebrados pela **Concessionária**; e (iii) em qualquer caso, integralizados até a conclusão da totalidade dos **Trabalhos do TAV Rio de Janeiro - Campinas**.
- 22.2.3** O **Acionista Privado** deverá realizar, tempestivamente, os aportes necessários a viabilizar a implantação do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**.
- 22.3** A **Empresa Pública Federal** subscreverá **Ações** no montante de até R\$ 3.400.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos milhões de reais) com a finalidade de aportar na **Concessionária** parcela da contribuição de capital necessária para a realização do objeto da **Concessão**, conforme o item 22.3.1 deste **Edital**, devendo o **Acionista Privado** obrigar-se a aprovar os

aumentos de capital necessários para permitir a participação da **Empresa Pública Federal** na **Concessionária**.

**22.3.1** O montante a ser aportado pela **Empresa Pública Federal** na **Concessionária** se dará por meio da contribuição de capital nos seguintes montantes:

- (i) o valor de R\$ 1.135.000.000,00 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões de reais), a ser integralizado em moeda corrente nacional; e
- (ii) o valor de até R\$ 2.265.000.000 (dois bilhões, duzentos e sessenta e cinco milhões de reais), a ser integralizado, na forma da legislação aplicável, em direitos ou em bens, dentre os quais os ativos decorrentes das **Desapropriações** necessárias à implantação da infraestrutura e exploração do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**, sendo permitida a utilização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

**22.3.2** O valor de integralização referido no item 22.3.1.(ii) acima compreenderá os **Custos Reais das Desapropriações** até o valor limite referido naquele item.

**22.3.2.1.** O valor de integralização referido no item 22.3.1.(ii) acima não será alterado em função da **Reavaliação do Traçado Referencial** prevista no item 3.8 deste **Edital**.

**22.3.2.2.** A eventual parcela dos **Custos Reais das Desapropriações** que exceder o valor limite referido no item 22.3.1.(ii) acima e que couber ao **Poder Concedente**, nos termos da alocação de riscos prevista no **Contrato de Concessão**, será arcada a fundo perdido pelo **Poder Concedente**.

**22.3.3** Após a assinatura do **Contrato de Concessão** e até o prazo para a conclusão da totalidade dos **Trabalhos**, a integralização dos valores pela **Empresa Pública Federal** na **Concessionária**, para atendimento da obrigação constante deste item 22.3, observará o seguinte:

- (i) no caso do valor referido no item 22.3.1(i) acima, a integralização dar-se-á a qualquer tempo, conforme determinado pela **Empresa Pública Federal**, na medida em que considerado necessário para a implementação do objeto da **Concessão**;

- (ii) no caso do valor referido no item 22.3.1(ii) acima, o valor correspondente aos **Custos Reais das Desapropriações**, observado o limite previsto estabelecido no referido item, será integralizado nos momentos da realização de tais **Desapropriações**, observados os termos e as condições deste **Edital** e do **Acordo de Acionistas**.
- 22.3.4** A **Empresa Pública Federal** poderá integralizar as **Ações** por ela subscritas em moeda corrente nacional, em bens ou em direitos, na forma da legislação aplicável.
- 22.3.5** A **Empresa Pública Federal** poderá, ainda, realizar novas contribuições de capital na **Concessionária**, segundo seu exclusivo critério e sem qualquer obrigação, para acompanhar eventuais aumentos de capital aprovados pelo **Acionista Privado**, nos termos do **Acordo de Acionistas**.
- 22.3.6** Os valores previstos nos subitens do item 22.3 obedecem a data-base de dezembro de 2008 e serão reajustados pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, até o mês anterior ao de sua efetiva integralização.
- 22.4** Todas as relações entre a **Empresa Pública Federal** e o **Acionista Privado** no que concerne a suas respectivas participações no capital da **Concessionária** serão disciplinadas por meio do **Acordo de Acionistas**, sendo expressamente vedada a realização de qualquer operação em desconformidade com seus termos e condições.
- 22.5** O **Poder Concedente**, diretamente ou por meio da **Empresa Pública Federal**, deterá a **Ação Preferencial de Classe Especial** na **Concessionária** durante toda a vigência da **Concessão**, sendo os poderes atribuídos a referida ação aqueles previstos no **Estatuto Social**, em conformidade com os **Requisitos do Estatuto Social**, e no **Acordo de Acionistas**.
- 22.6** A critério exclusivo do **Acionista Privado**, poderá a **Concessionária** contratar o **Financiamento com Recursos Públicos** conforme termos e condições constantes deste **Edital** e observados os critérios previstos no **Anexo 5** e condições estabelecidas pelo **Financiador Público**.
- 22.7** A transferência do **Controle** da **Concessionária** sem a prévia e expressa anuência da **ANTT** importará a caducidade do **Contrato de Concessão**.

**22.7.1** A autorização da transferência no **Controle** da **Concessionária** pela **ANTT** estará condicionada aos requisitos estabelecidos no **Contrato de Concessão**.

**22.8** Ressalvadas as hipóteses previstas no **Contrato de Concessão**, não serão admitidos o ingresso, a saída ou a substituição de qualquer acionista do **Acionista Privado** antes de 5 (cinco) anos contados do início da **Operação Comercial** da totalidade do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**, exceto nas hipóteses previstas no **Contrato de Concessão**.

**22.8.1** A **ANTT** poderá, excepcionalmente e mediante motivação específica lastreada em relevante interesse público, admitir a substituição de acionista do **Acionista Privado** antes do período mínimo a que se refere o item 22.8, desde que observadas as condições estabelecidas no **Contrato de Concessão**.

**22.8.2** O período mínimo de permanência de que trata o item 22.8 acima não se aplica para a inclusão ou retirada de fundos de investimentos ou entidades fechadas de previdência complementar, constituídos na forma da lei e devidamente autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ou pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme aplicável, que poderão alienar ou adquirir participação no **Acionista Privado** a qualquer momento durante a **Concessão**, observadas as previsões constantes do **Contrato de Concessão**.

**22.8.3** Na hipótese de a pré-qualificação da **Adjudicatária** no **Leilão** ter sido comprovada por meio de empresas que não participaram da sociedade ou do consórcio **Adjudicatário**, na forma do item 10.2, esta(s) contratada(s) deverá(ão) permanecer vinculada(s) à **Concessão** desde a **Data de Assunção** até, no mínimo, 5 (cinco) anos a partir da data de início da **Operação Comercial** da totalidade do **TAV Rio de Janeiro – Campinas**, sem prejuízo da obrigação de manutenção da composição acionária do **Acionista Privado** prevista no item 22.8 acima.

**22.8.4** Admitir-se-á a substituição da(s) contratada(s) referida(s) no item anterior, excepcionalmente e mediante motivação específica e aprovação da **ANTT**, nas mesmas condições previstas no item 22.8.1 acima.

**22.8.5** Caberá à **Concessionária** assegurar-se que aquelas pessoas jurídicas e físicas, bem como os meios materiais, que motivaram a sua pré-qualificação estarão, durante a execução do **Contrato**, à

frente da execução das atividades associadas àquelas indicadas na fase de pré-qualificação.

**22.9** O exercício social da **Concessionária** e o exercício financeiro do **Contrato de Concessão** coincidirão com o ano civil.

**22.10** Os valores dispostos no **Edital** observam a data-base de dezembro de 2008 e serão reajustados pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até o mês imediatamente anterior ao momento de sua efetivação, com exceção das seguintes hipóteses:

- (i) valor da **Garantia da Proposta**, exceto na hipótese prevista no item 8.2.2;
- (ii) valor de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de real), estabelecido no item 11.1.3 deste **Edital** como limite para a oferta de **Tarifa-Teto** nas **Propostas Econômicas** das **Proponentes**; e
- (iii) valores previstos nos itens 20.3.(viii) e 20.3.(ix).

**22.10.1** O disposto no item 22.10.(ii) não impedirá o reajuste do valor da **Tarifa-Teto** ofertada no **Leilão** quando do início da **Operação Comercial**, nos termos da subcláusula 19.3 da **Minuta do Contrato**.

**22.11** A participação de capitais estrangeiros na **Concessionária** obedecerá à legislação brasileira em vigor.

**22.12** A **Concessionária** poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da **Concessão** para obtenção de financiamentos ou de garantias relacionados a investimentos de interesse dos serviços objeto da **Concessão**, desde que não comprometa a sua continuidade e adequada prestação do serviço.

**22.13** Poderão ser admitidos como acionistas da **Concessionária** outras entidades de investimento ou de previdência complementar que venham a subscrever novas **Ações** ou que venham a adquirir participações acionárias já existentes, de acordo com os termos e condições do **Acordo de Acionistas**.

**22.14** A **Concessionária** estará sempre vinculada ao disposto no **Contrato de Concessão**, no **Edital**, na documentação por ela apresentada e aos



respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileiras, em tudo relacionado à exploração da **Concessão**.

## Parte VII – Anexos

Constituem parte integrante do **Edital** os seguintes **Anexos**:

- Anexo 1:** Programa de Exploração Ferroviária – PEF
- Anexo 2:** Minuta de Contrato de Concessão
- Anexo 3:** Diretrizes Mínimas para a Transferência de Tecnologia
- Anexo 4:** Termo de Referência do Plano de Negócios
- Anexo 5:** Termos e Condições Básicos do Financiamento com Recursos Públicos
- Anexo 6:** Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia
- Anexo 7:** Apresentação da Garantia da Proposta
- Anexo 8:** Conteúdo Mínimo de Declaração de Propriedade de Tecnologia
- Anexo 9:** Documentos de Pré-Qualificação
- Anexo 10:** Documentos de Qualificação
- Anexo 11:** Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Qualificação
- Anexo 12:** Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica
- Anexo 13:** Requisitos do Estatuto Social
- Anexo 14:** Minuta de Acordo de Acionistas
- Anexo 15:** Manual de Procedimentos do Leilão
- Anexo 16:** Formal Compromisso – Operacional de Pagamento de Emolumentos
- Anexo 17:** Modelo de Fiança Bancária
- Anexo 18:** Modelo de Solicitação de Esclarecimentos



- Anexo 19:** Modelo de Carta de Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal
  
- Anexo 20:** Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Processo Falimentar, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Regime de Insolvência
  
- Anexo 21:** Modelo de Carta de Declaração de Ausência de Impedimento para Participação do Leilão
  
- Anexo 22:** Modelo de Carta de Declaração de Capacidade Financeira
  
- Anexo 23:** Modelo de Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de Renúncia de Reclamação por via Diplomática
  
- Anexo 24:** Modelo de Procuração
  
- Anexo 25:** Modelo de Procuração (Proponente Estrangeira)
  
- Anexo 26:** Aspectos Socioambientais e Econômicos do Traçado do TAV Rio de Janeiro – Campinas